

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 027/2011 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

5 6 7

8

9

10

11

12

13

14

15

16 17

18

19 20

21

22

23

2425

2627

28 29

30

31 32

33

34 35

36

37

38 39

40

41 42

43

44 45

46

47 48

49

50

12

3 4

> Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, às 09:33 (nove horas e trinta e três minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 - 6º andar, a tricentésima décima sétima reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa, inicialmente, os conselheiros, Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Adelto Rohr como Secretário. Estavam presentes os conselheiros titulares, Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Dias Abreu, Alexandre Salgado Marder, Eduardo kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Omar Azambuja Condotta, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Nev Santos de Pinho, Mário Fernando Antônio da Silva, Pedro Luis da Silva Vargas, Pedro Luís Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sueli de Fátima Mousquer, e os conselheiros suplentes, Etel dos Santos Lopes, Adão Tadeu Gomes de Oliveira, Fátima Regina Carlos Saikoski, José Marcelino Heck, Manuel Roberto Escobar e João Antônio Bretanha Santos. O presidente Brum abriu a sessão e com a concordância do Colegiado passou-se imediatamente à eleição dos três cargos que compõem a Mesa Diretora: Presidente, Vice-Presidente e Secretário. O conselheiro Mário indicou o conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas para Presidente, o conselheiro Sérgio Luiz Brum para Vice-Presidente e a conselheira Fátima Regina Carlos Saikoski para Secretária. O conselheiro Rigotti indicou o conselheiro Vargas para Presidente, o conselheiro Eros para Vice-Presidente e o conselheiro Brum para Secretário. O conselheiro Brum, embora honrado, declinou da indicação para Secretário, em face de outros compromissos já assumidos, mas aceitou a indicação para Vice-Presidente. O conselheiro Rigotti indicou, então, a conselheira Marisa para o cargo de Secretária. O conselheiro Adelto corroborou a indicação do conselheiro Mário, e justificou que a permanência do conselheiro Brum na nova Mesa Diretora se dá pela grande experiência que possui na coordenação do Conselho. O conselheiro Alexandre Abreu solicitou esclarecimentos à Mesa em relação à forma de eleição, se por chapa ou por cargo. O presidente Brum respondeu que, primeiramente, seria por chapa e por maioria absoluta, havendo empate, seria feita por cargos. Como houve a indicação do conselheiro Vargas para presidente em duas chapas, o conselheiro Rigotti apoiou a indicação do conselheiro Mário, e o presidente Brum propôs que a votação fosse feita por aclamação. A chapa foi eleita por aclamação pela unanimidade dos conselheiros presentes. O presidente Brum saudou a nova Mesa Diretora, pediu desculpas ao Colegiado por eventuais falhas e agradeceu a colaboração dos demais membros da Mesa, Eros e Adelto e também dos demais conselheiros pela contribuição durante o período do seu mandato. O conselheiro Adelto também se manifestou, dizendo estar gratificado por ter participado e contribuído para o Conselho e para o PREVIMPA. Ao assumir os trabalhos, o presidente Vargas agradeceu a distinção e falou da responsabilidade e do comprometimento com a função. Salientou haver todo um disciplinamento em relação à forma de conduta que se espera de um servidor público e da responsabilidade com o trato da legalidade. Saudou o conselheiro Brum e a presença da conselheira Fátima na Mesa Diretora, desejando a todos a continuidade dos trabalhos de forma eficaz. A conselheira Fátima referendou a fala do presidente e disse que a responsabilidade é compartilhada por todos os membros deste Conselho. Também falou da responsabilidade de ser representante dos colegas municipários junto ao PREVIMPA, e ponderou que não somente neste Conselho, mas em todos os lugares deve haver um olhar para as questões de gênero e inclusão daqueles que por muito tempo foram alijados dos processos decisórios em todas as instâncias do País. O conselheiro Rigotti, na condição de Diretor-Geral do PREVIMPA, parabenizou a Mesa Diretora eleita, dizendo que esta poderá contar sempre com a Direção da Autarquia, e que a gestão paritária do Conselho de Administração é uma grande

responsabilidade assumida pelos municipários, que estão retomando a credibilidade junto à sociedade porto-alegrense, depois do fracasso que foi o Montepio. Colocou que hoje, a responsabilidade do gestor é mais complexa do que no início do RPPS, exemplificando que há cinco anos o PREVIMPA administrava cerca de doze milhões, e que atualmente administra em torno de trezentos milhões. Ponderou que os cuidados aumentam, e que precisamos monitorar todas as questões previdenciárias, especialmente considerando que é um bem previdenciário que vai servir para o pagamento dos benefícios futuros. Na seqüência, foi feita a leitura da Ata 026/2011, da reunião passada, que foi aprovada. No espaço de informes, a conselheira Maris convidou os presentes para o encontro mensal dos aposentados, no dia 28/09/11, no SIMPA às 15h. O conselheiro Rigotti informou sobre o curso CPA-10 do Banco do Brasil, que será feito na plataforma à distância, não estando ainda definida a data de início. Explicou que na próxima terçafeira, dia 04/10/11, ocorrerá um encontro com o representante da empresa que gerenciará o curso. Falou também do 1º Congresso Previdenciário Gaúcho sobre Regimes Próprios de Previdência Pública, que será organizado em conjunto com o IPERGS. A AGIP será a organizadora do evento, que acontecerá nos dias 01 e 02 de dezembro de 2011, no Hotel Plaza São Rafael, comemorando oitenta anos de IPÊ e dez anos de PREVIMPA. Disse que o Banco do Brasil mostrou interesse em ser o patrocinador exclusivo do Congresso e que a proposta está sendo analisada. Adiantou que está previsto no Congresso um Fórum dos Prefeitos para discutir o RPPS, e que o evento contará com a participação do ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O conselheiro Mário comunicou que no dia 05/10/11, quarta-feira, às 17h, o SIMPA estará lançando a campanha do sócio dez mil. Explicou que atualmente são oito mil e quatrocentos sócios e que na ocasião haverá um coquetel e sorteio de brindes. Convidou os conselheiros a prestigiarem o evento. Não havendo mais informes, o presidente deu vistas ao Colegiado do Ofício nº 17, de 27/07/2011, do Conselho Fiscal, que encaminha o Relatório nº 03/2011, referente à análise financeira dos investimentos e do registro das receitas - contabilização, realizada por aquele Conselho. Também leu o teor do Ofício 320, de 15/09/2011, encaminhado pelo GDG, com vistas à aprovação da Proposta Orçamentária 2012. Foi designada uma Comissão formada pelos conselheiros: Eduardo Kreuzer, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Manuel Roberto Escobar e Francisco José Menezes da Silva, para a emissão de parecer/relatório que será apreciado pelo Colegiado na próxima sessão, dia 04/10/2011. O conselheiro Ricardo sugeriu que todos os conselheiros verifiquem a proposta que será encaminhada por meio eletrônico, e encaminhem as sugestões para o e.mail do conselheiro Manuel. Em seguida, o conselheiro Rigotti passou à Mesa o processo nº 009.003132.11.0, que versa sobre termo aditivo ao contrato com a Caixa Econômica Federal. Explicou que foi publicado no DOPA do dia 19/09/2011, um extrato de dispensa de licitação para um contrato de repactuação pela venda da folha de pagamento dos servidores do Município. Disse que ao ser notificado da existência do contrato, abriu o processo para que a repactuação fosse apreciada pelo Conselho. Salientou que o assunto requer urgência na apreciação, pois o prazo para a assinatura do contrato é até o dia 30/09/2011, e requereu à Mesa a convocação de uma reunião extraordinária. O presidente manifestou-se que embora o documento devesse chegar ao Conselho com mais tempo, entende a urgência que o assunto requer e propôs constituir uma Comissão para analisar o processo. O conselheiro Alexandre Abreu manifestou haver algumas pendências do convênio assinado anteriormente com a Caixa, como os recursos para a compra da sede do PREVIMPA, além dos transtornos aos servidores que esse convênio ocasionou. Disse ser muito complicado fazer uma avaliação em um ou dois dias. Propôs que o Diretor-Geral do PREVIMPA leve ao centro de Governo que é necessário ampliar o prazo para que o Conselho possa fazer uma avaliação séria. A conselheira Sueli colocou ter havido uma audiência pública na CMPA, onde os municipários manifestaram insatisfação e descontentamento pelos serviços prestados pela CAIXA e pelas cláusulas acordadas no convênio vigente e que não foram cumpridas. Sugeriu que se fizesse uma pesquisa de satisfação com a categoria. A conselheira Maris disse causar estranheza a pressa do Governo na repactuação do contrato. Quando aconteceu o convênio, o Governo ficou de repassar os recursos para a compra da sede em noventa dias, mas isso não ocorreu, e os recursos foram transferidos ao PREVIMPA quando já havia transcorrido mais de um ano da assinatura do contrato. Entende que não se deve ter pressa em fazer essa repactuação antecipada. Deve haver tempo para a

51

5253

54

55

56

57

58

59

60

61

62 63

64

65 66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76 77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104 discussão com a categoria. A conselheira Sueli acrescentou que a Caixa criou taxas diferenciadas 105 para alguns segmentos dos Municipários, privilegiando-os com uma taxa de juro menor, não havendo isonomia para o conjunto dos servidores. O conselheiro Alexandre Marder explicou que o 106 107 processo passou pela análise da ASSEJUR e que também para eles foi requerido celeridade na 108 apreciação, não sendo um aditivo extenso, passou por três análises jurídicas, da SMF, da PGM e do 109 PREVIMPA. Acha viável que o Conselho possa analisar até o final do mês de setembro, salientando que o novo contrato já está assinado pelos demais entes do Município e que o valor é 110 expressivo, mais de cem milhões de reais. O conselheiro Bretanha, na qualidade de presidente da 111 MUNICRED, disse que o contrato vigente foi nocivo em função das consignações, que tornaram-se 112 113 exclusividade da Caixa e que a questão da portabilidade que entra em vigor a partir do próximo ano 114 talvez possa resolver esse problema. O conselheiro Rigotti explicou que a partir de janeiro de 2012, a consignação em folha não será mais exclusividade de um só banco. O conselheiro Mário colocou 115 116 que em dezembro de 2011 as pessoas poderão optar pelo seu banco, mas que esta discussão refere-117 se ao pagamento dos aposentados e pensionistas pela Caixa. Fez algumas indagações: com a 118 repactuação, a partir do próximo ano, poderemos escolher outro banco? E as consignações? Qual o 119 prazo do contrato? Se formos para o mercado, outros bancos públicos não poderão oferecer um 120 valor maior? O conselheiro Dionello disse que analisou o processo quando esse passou pela SMF. 121 Explicou que entra em vigor a portabilidade a partir do início do próximo ano, e que a folha será 122 passada à Caixa, que repassará para o banco escolhido pelos servidores ativos, aposentados e 123 pensionistas. Explicou ainda, que segundo o TCE esses recursos devem ficar em bancos públicos, e 124 que houve consulta ao Banrisul, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, tendo o Banrisul 125 declinado de encaminhar proposta, tendo o Banco do Brasil oferecido noventa milhões, e a Caixa cento e vinte milhões. Esclareceu que a repactuação está sendo antecipada, pois os recursos que 126 127 serão repassados aos entes são maiores agora, pois com a portabilidade em janeiro, o valor será bem 128 menor. Também salientou que a compra da sede está no primeiro convênio, e que agora se trata de 129 despesas correntes, sendo que a ASSEJUR já verificou não haver nenhum prejuízo ao PREVIMPA. 130 A conselheira Sueli manifestou que a preocupação não é ganhar mais. A questão é a satisfação dos 131 usuários, neste caso os municipários e a isonomia, pois o pessoal da Centralizada tinha juros 132 menores do que os demais entes do Município. Ainda salientou que na audiência pública ocorrida 133 na CMPA, a Prefeitura não se fez presente, ficando os servidores e os representantes da Caixa 134 falando sozinhos, quando a responsabilidade é de quem vendeu a folha. O conselheiro Rigotti falou 135 que sempre se discutiu neste Conselho métodos de aportar mais recursos para o PREVIMPA, tanto que atualmente até se pesquisa Fundos Imobiliários para aplicar recursos. Quando houve a venda da 136 137 folha foi sugerido um consórcio entre os bancos públicos, pois isso criaria satisfação aos usuários, 138 mas os bancos não aceitaram, queriam a exclusividade, e que a folha do PREVIMPA atualmente gira em torno de onze mil funcionários, e se agregar com a PMPA é bom para o Departamento, pois 139 140 se a folha fosse vendida em separado o valor seria bem menor. Quanto à demora em se repassar os 141 valores da compra da sede, argumentou que demorou, mas foi pago corrigido. Disse ter sugerido que se negociasse neste contrato a cedência, pela PMPA, de terreno para construção da sede do 142 143 PREVIMPA, mas não houve sinalização do Governo para essa negociação. A conselheira Maris 144 disse que há muita reclamação dos aposentados, que no período de férias no litoral, nas praias mais 145 ao sul, como Cidreira, Magistério e Quintão, não tem agência da Caixa, sendo necessário o 146 deslocamento até Tramandaí, e opinou que se faça sugestões para as cláusulas do termo aditivo. O 147 conselheiro Dionello alertou que financeiramente falando, se o contrato ficar para o mês de outubro, 148 haverá redução no valor do contrato com prejuízo para todos os entes. O presidente Vargas propôs a 149 formação de uma Comissão de conselheiros para análise do processo, e a convocação de uma 150 reunião extraordinária para discussão e votação da matéria, considerando a urgência que o processo chegou ao Conselho. O conselheiro Alexandre Abreu disse respeitar as considerações feitas pelo 151 presidente, mas se colocou contrário à apreciação dessa matéria em tão curto espaço de tempo, 152 153 alegando representar um grande número de servidores e que o prazo exíguo pode comprometer uma avaliação adequada. O presidente respondeu que o Regimento deve ser cumprido e que a Mesa não 154 155 pode negar a convocação para uma sessão extraordinária, dada a relevância do assunto em questão. 156 Foi formada uma Comissão de conselheiros para elaboração de um parecer/relatório, são eles:

157 158 159 160 161 162 163 164 165	Alexandre da Fontoura Dionello, Gilmar Cardozo dos Santos, Alexandre Salgado Marder e Sueli de Fátima Mousquer. O conselheiro Gilmar opinou que a Comissão elabore o parecer e inclua as sugestões do Conselho para serem encaminhadas ao Governo. Ficou consensuado que a data da reunião extraordinária será no dia 29/09/11, às 14h. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão, às 11:30h (onze horas e trinta minutos) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Fátima Regina Carlos Saikoski, Secretária de mesa e pelos demais conselheiros presentes.		
166 167 168 169 170	Pedro Luis da Silva Vargas - Presidente	Fátima Regina Carlos Saikoski – Secretária	
171 172 173 174 175	Francisco José Menezes da Silva	Alexandre da Fontoura Dionello	
176 177 178 179	Hailton Terra de Jesus	Manuel Roberto Escobar	
180 181 182 183 184	Alexandre Salgado Marder	Sueli de Fátima Mousquer	
185 186 187 188 189	Marilena Ruschel da Cunha	Eros Miguel Sadowoy Martins	
190 191 192 193 194	Etel dos Santos Lopes	José Marcelino Heck	
195 196 197 198 199	Mário Fernando Antônio da Silva	Pedro Luís Martins	
200 201 202 203 204	Gilmar Cardozo dos Santos	Alexandre Dias Abreu	
205 206 207 208 209	Eduardo Kreuzer	Omar Azambuja Condotta	

Continuação da Ata 027/2011

210		
211	Luiz Fernando Rigotti	Maris Regina Vieira Honaiser
212	-	·
213		
214		
215		
216	João Antônio Bretanha Santos	Marisa Ney Santos de Pinho
217		
218		
219		
220		
221	Adelto Rohr	Sérgio Luiz Brum
222		
223		
224		
225		
226	Adão Tadeu Gomes de Oliveira	Ricardo Zucareli Pulvirenti
227		
228		